

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	1
Título: Exportação de ouro bate recorde no Brasil com temor de recessão global.....	1
Título: Terra indígena não é propriedade privada	4
Título: Ações contra União e BC buscam conter exploração ilegal.....	5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landim

Título: Exportação de ouro bate recorde no Brasil com temor de recessão global

Estoque do metal em bancos centrais, principais compradores, está no maior patamar em 19 anos

São Paulo - No fim de julho, um grupo de criminosos levou 770 quilos de ouro de um terminal de cargas do aeroporto internacional de Cumbica, em Guarulhos (SP). Os integrantes chegaram disfarçados de policiais federais, ameaçaram os trabalhadores do terminal com armas e concluíram o assalto em dois minutos e meio.

Filmadas pelas câmeras de segurança, as cenas da carga empilhada numa camionete com emblema falso da Polícia Federal chamaram a atenção da opinião pública: ninguém imaginava que passava tanto ouro assim pelo principal aeroporto do país.

Na realidade, cargas como essa são cada vez mais comuns por lá, porque as exportações brasileiras de ouro vêm batendo recorde, na esteira do aumento dos preços internacionais provocado pelo temor de que o mundo está à beira de uma recessão. Para proteger o patrimônio, as pessoas estão comprando e guardando o precioso metal.

Em 2018, o Brasil enviou 95 toneladas de ouro para o exterior —um crescimento de 150% em dez anos, conforme estatísticas do Ministério da Economia. Até julho deste ano, já foram exportadoras outras 51 toneladas.

O ouro brasileiro sai do aeroporto de Cumbica e segue para diferentes destinos, principalmente Canadá, Reino Unido, Suíça e Índia.

As exportações absorvem atualmente a maior parte da produção brasileira, estimada em 97,1 toneladas.

Esse volume corresponde apenas à produção formal, feita a muitos metros de profundidade por empresas multinacionais especializadas, como a Anglo Gold Ashanti, que explora ouro no Brasil há 185 anos, ou a canadense Kinross.

Mas existe um mercado informal, não contabilizado, no qual o ouro é extraído manualmente pelos garimpeiros nas beiras dos rios ou em minas próximas à superfície.

Apercepção no setor é que esse segmento também vem crescendo, estimulado pelas declarações favoráveis de Jair Bolsonaro (PSL).

O presidente já disse mais de uma vez que "tem o garimpo no sangue", porque seu pai chegou a atuar como garimpeiro, e que pretende legalizar a atividade na Amazônia, criando "mini-Serras Peladas" —uma referência à região farta em ouro e garimpeiros que ficou famosa nos anos 1980.

O avanço do garimpo ilegal, particularmente em terras indígenas e reservas ambientais, colocou em alerta os órgãos de fiscalização e também as empresas produtoras de ouro.

"O Brasil deveria estimular o geólogo, e não o garimpeiro", diz Wilson Brumer, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), ressaltando que a pesquisa em geologia recebe pouco investimento no país.

Esse renascimento da produção brasileira de ouro ocorre em um momento de preços favoráveis —os maiores patamares dos últimos seis anos. Na sexta-feira (16), o ouro fechou a US\$ 1.513 por onça (medida tradicional desse metal), impulsionado pelas incertezas geradas pela guerra comercial entre China e Estados Unidos.

Conforme o World Gold Council (Conselho Mundial de Ouro), uma organização global voltada para o desenvolvimento do mercado de ouro, a demanda está batendo recorde no mundo, puxada pelo consumo de joias na Índia, pelas compras feitas por bancos e corretoras, para respaldar a venda de contratos lastreados em ouro, e, principalmente, pelas aquisições dos BCs (bancos centrais).

No primeiro semestre deste ano, os BCs adquiriram 374,1 mil toneladas do metal —o maior aumento líquido das reservas globais de ouro dos últimos 19 anos.

Os temores de uma nova recessão mundial, provocada pela guerra comercial iniciada por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, levaram as autoridades monetárias a incrementar a compra de ouro a fim de garantir o valor de sua moeda.

Segundo os especialistas do setor, as empresas instaladas no Brasil vêm aproveitando as oportunidades geradas pelo mercado favorável, porque estão maturando agora os investimentos feitos no início da década. A extração de ouro, explicam, exige alta tecnologia, porque as minas são cada vez mais profundas.

Mas ainda existiria um longo caminho a percorrer. Em termos globais, o Brasil é um concorrente marginal. Segundo o World Gold Council, o país ocupa a 11ª posição no ranking de produção de ouro, muito atrás de países como China, Austrália, Rússia e Estados Unidos.

Nada comparado, portanto, com o papel central que os brasileiros ocupavam no final do século 18, quando as exploração das reservas de Minas Gerais transformaram o país, ainda uma colônia de Portugal, no maior produtor mundial de ouro, respondendo por 40% do volume global.

As maiores perspectivas de crescimento, aliás, estariam fora das tradicionais regiões produtoras de Minas. Segundo a Agência Nacional de Mineração (AMN), Goiás é hoje o maior produtor de ouro do Brasil. Em 2018, o estado respondeu por 38,7% do total extraído no país, acima dos 35,8% de Minas. Em seguida, vem o Pará, com 14,3%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 18/08/2019****Seção: Tendências/ Debates****Autor: Sarney Filho****Título: Terra indígena não é propriedade privada**

Advogado e secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, ex-deputado federal por nove mandatos (1983-2018) e ex-ministro do Meio Ambiente (1999-2002 e 2016-2018)

Povos não querem plantar soja ou abrir cassinos

A política indigenista brasileira é, por várias razões, de enorme importância. Trata-se de questão humanitária e de reparação de injustiças históricas, da proteção de uma riqueza cultural e linguística incomparáveis, de honrar e reverenciar os saberes e valores dos ancestrais. Destaca-se, ainda, perante o mundo, o papel fundamental que os povos indígenas representam para a saúde ambiental do nosso planeta.

As terras indígenas (TI) foram criadas segundo critérios técnicos, a partir de análises sustentadas por estudos antropológicos, sociais e ambientais, entre outros. O processo de criação de uma TI visa que os índios tenham modos de vida consoante com suas culturas, possam manter seus costumes, suas identidades e, com isso, enriquecer o universo da diversidade dos povos. Os ianomâmis, por exemplo, são caçadores-coletores, precisando, para realizar suas atividades, de uma grande extensão de terra (grande para nós, que vivemos em centros urbanos).

O governo federal comprou a ideia de que as terras indígenas deveriam ser usadas como as terras dos não índios, arrendadas e destinadas à agricultura, à pecuária, à mineração; enfim, deveriam ter o uso de uma propriedade privada.

Os índios devem ser os donos do seu destino. Decerto, cabe a eles, desde que devidamente esclarecidos, decidir o que fazer de suas vidas e terras. Porém, caso as terras indígenas tenham o mesmo uso das propriedades privadas, não haverá motivo para que elas mantenham a mesma extensão territorial, pois fugiriam completamente dos propósitos para os quais foram criadas. Isso acarretaria, com toda probabilidade, grandes disputas judiciais.

Como todo brasileiro, os índios querem, sim, ter acesso aos benefícios da modernidade, como saúde e educação, mas isso não quer dizer — pelo menos para a grande maioria dos índios que conheço, boa parte com curso superior — que queiram plantar soja, fazer cassino ou permitir atividades que possam alterar o equilíbrio da natureza em que vivem.

As grandes extensões de TI também são hoje, na Amazônia, escudos contra o desmatamento ilegal e a grilagem. Dar uso econômico sustentável às florestas é possível, mas derrubá-las para plantar soja em terras indígenas, ou abri-las à mineração, é uma irresponsabilidade.

Devido ao protagonismo na proteção das matas e dos rios brasileiros, assim como para o clima e a biodiversidade do planeta, e com o desenvolvimento de instrumentos de pagamento por serviços ambientais, como o Fundo Amazônia e REDD+, as terras indígenas passaram a ter maior valor preservadas do que sendo exploradas.

Sem uma política indigenista adequada e com a liberação da posse de armas, os índios tornam-se mais vulneráveis a pressões e agressões. Se não tivermos um órgão de proteção bem estruturado, que ajude esses povos, dando proteção física e legal a suas vidas e suas terras, as mortes e a degradação poderão ser ainda mais graves do que têm sido ao longo dos últimos séculos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Fabiano Maisonnave

Título: Ações contra União e BC buscam conter exploração ilegal

Santarém (PA) - Nas imagens de satélite, a exploração do ouro se assemelha a rachaduras abertas na densa floresta da Terra Indígena Mundurucu, no sudoeste do Pará.

De perto, o estrago muda a cor e o curso dos rios por centenas de quilômetros. E há ainda o dano invisível do mercúrio, que contamina peixes e pessoas.

Desde o início do ano, o alto preço do ouro e as sinalizações do governo Jair Bolsonaro (PSL) aceleraram invasões de terras indígenas e outras áreas protegidas da bacia do Tapajós, epicentro da extração ilegal do metal no país.

"A lei foi criada pelo branco. Ali está demarcado, homologado. Depois disso, branco não pode nem pisar lá. Mas é o contrário, estão destruindo a área indígena", diz o cacique-geral dos mundurucus, Arnaldo Kaba, em entrevista por telefone.

lá não se trata mais de garimpo: a recente popularização das PCs (escavadeiras) na bacia do Tapajós aumentou a escala para o nível de mineração, com alto impacto ambiental espalhado por uma vasta área dos mundurucus.

"Como é que vamos viver depois que acabarem com aquela área?", diz a principal liderança do povo mundurucu, de cerca de 13 mil pessoas. "A água virou Leite Moça, bem grossona. De peixe, ninguém fala mais, acabou o peixe."

Num esforço para aprimorar "a lei do branco" contra o garimpo ilegal, o MPF (Ministério Público Federal) em Santarém entrou neste mês com uma ação civil pública contra a União, o Banco Central e a ANM (Agência Nacional de mineração) para melhorar os mecanismos de controle da cadeia do ouro. O objetivo é asfixiar a exploração ilegal.

"O comércio do ouro é uma atividade extremamente fácil de fraudar e praticamente impossível de investigar", resume o procurador Luis de Camões Boaventura.

Atualmente, o ouro do garimpo só pode ser comprado por empresas registradas no Banco Central como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM).

Para adquirir o metal, as DTVMs deveriam exigir do vendedor a Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), expedida pela ANM. A transação é, então, registrada em uma nota fiscal manual, que não é lançada em sistema eletrônico.

Uma investigação conjunta da PF (Polícia Federal) e do MPF na região de Santarém iniciada em 2016 revelou que o descontrole na emissão das PLGs e a falta de um sistema para cruzar dados abrem caminho para diversas formas para esquentar o ouro extraído ilegalmente, principalmente em áreas protegidas, como terras indígenas.

O fio do novelo começou com dois garimpeiros flagrados explorando ouro em uma área vizinha à Terra Indígena Zoé, etnia de recente contato. Em depoimento, ambos afirmaram que vendiam o mineral para uma agência da empresa Ourominas, em Santarém, sem apresentar nenhum documento comprovando a procedência do ouro.

Para esquentar o ouro dos garimpeiros, a Ourominas teria colocado na nota fiscal duas PLGs diferentes em Itaituba (PA), ambas localizadas a centenas de quilômetro do local extraído.

Ao todo, a investigação conjunta identificou 4.652 aquisições de ouro de origem supostamente clandestina que teriam sido feitas pela Ourominas apenas em Santarém, entre 2015 e 2018. As transações somaram R\$ 70,3 milhões, envolvendo 610,8 quilos do metal.

"A grande maioria das PLGs pode ser denominada de PLGs fantasmas", diz Boaventura. "Não noticiavam sequer extração no relatório anual de lavra."

Na ação, o MPF exige dos três entes a maior transparência e informatização da cadeia de controle, como a criação de uma nota fiscal eletrônica. Além disso, propõe a delimitação do conceito de garimpo, já que grandes empresários têm usado as PLGs, que têm regras mais simplificadas, incluindo de licença ambiental.

Procurado pela Folha, o Banco Central informou que não comenta processo em andamento. Ninguém foi localizado na ANM para comentar sobre a cadeia de ouro. A Ourominas tem negado as irregularidades e se diz disposta a colaborar com a Justiça.

Colaborou Raquel Landim

MME / ASCOM .